

O IMPACTO DAS TAXAS DE JUROS NA ROTINA FINANCEIRA DOS CIDADÃOS DE UMA PEQUENA CIDADE DO PARANÁ

THE IMPACT OF INTEREST RATES ON THE FINANCIAL ROUTINE OF CITIZENS IN A SMALL TOWN IN PARANÁ

EL IMPACTO DE LAS TASAS DE INTERÉS EN LA VIDA FINANCIERA DE LOS CIUDADANOS DE UNA PEQUEÑA CIUDAD DE PARANÁ

Cláudio Luiz Chiusoli¹
Ana Alanda Sonaly Gomes²
Leticia Silva Borgert³
Graziela Roberta Gaspar⁴

RESUMO: A taxa de juros é um dos principais instrumentos da política monetária utilizada pelo Banco Central do Brasil para controlar a inflação e garantir a estabilidade econômica. O objetivo é analisar como as taxas de juros influenciam o comportamento dos cidadãos de uma pequena cidade do Paraná. A pesquisa, de natureza quantitativa e descritiva, baseia-se em revisão bibliográfica e na aplicação de um questionário estruturado em escala Likert de cinco pontos. Entre os principais resultados, 71% concordam que a taxa de juros influencia o preço dos produtos, e 60% acreditam que o governo deve adotar medidas de controle em períodos de alta inflação, evidenciando percepção ampla sobre o papel da política monetária. Por outro lado, 46% afirmam que o salário não cobre os gastos básicos, revelando impacto direto da conjuntura econômica sobre o bem-estar financeiro. Além disso, 72% concordam que a taxa de juros é o principal instrumento do Banco Central, e 70% percebem que os juros elevados reduzem o consumo familiar, confirmando a sensibilidade da população às políticas monetárias restritivas. Os resultados contribuem para compreender os efeitos das decisões de política monetária e oferece subsídios para reflexões sobre políticas públicas que equilibrem o controle inflacionário e o estímulo ao desenvolvimento econômico das famílias.

1

Palavras-chave: Taxa de juros. Política monetária. Economia brasileira. Cidadãos.

¹Pós doutor em gestão Pública PUCPR, Professor orientador do curso de administração: Unicentro, Brasil,

²Discente do curso de administração: Unicentro, Brasil.

³Discente do curso de administração: Unicentro, Brasil.

⁴Discente do curso de administração: Unicentro, Brasil.

ABSTRACT: The interest rate is one of the main instruments of monetary policy used by the Central Bank of Brazil to control inflation and ensure economic stability. The objective is to analyze how interest rates influence the behavior of citizens in a small city in Paraná. The research, of a quantitative and descriptive nature, is based on a literature review and the application of a structured questionnaire on a five-point Likert scale. Among the main results, 71% agree that the interest rate influences the price of products, and 60% believe that the government should adopt control measures during periods of high inflation, evidencing a broad perception of the role of monetary policy. On the other hand, 46% state that their salary does not cover basic expenses, revealing a direct impact of the economic situation on financial well-being. Furthermore, 72% agree that the interest rate is the main instrument of the Central Bank, and 70% perceive that high interest rates reduce household consumption, confirming the population's sensitivity to restrictive monetary policies. The results contribute to understanding the effects of monetary policy decisions and offer insights for reflections on public policies that balance inflation control and the stimulation of economic development of families.

Keywords: Interest rate. Monetary policy. Brazilian economy. Citizens.

RESUMEN: Las tasas de interés son uno de los principales instrumentos de política monetaria que utiliza el Banco Central de Brasil para controlar la inflación y garantizar la estabilidad económica. El objetivo es analizar cómo las tasas de interés influyen en el comportamiento de los ciudadanos de una pequeña ciudad de Paraná. La investigación, de naturaleza cuantitativa y descriptiva, se basa en una revisión bibliográfica y la aplicación de un cuestionario estructurado en una escala Likert de cinco puntos. Entre los principales resultados, el 71% coincide en que las tasas de interés influyen en el precio de los productos y el 60% cree que el gobierno debería adoptar medidas de control durante períodos de alta inflación, lo que demuestra una amplia percepción del papel de la política monetaria. Por otro lado, el 46% afirma que su salario no cubre los gastos básicos, lo que revela un impacto directo de la situación económica en el bienestar financiero. Además, el 72% coincide en que la tasa de interés es el principal instrumento del Banco Central y el 70% percibe que las altas tasas de interés reducen el consumo de los hogares, lo que confirma la sensibilidad de la población a las políticas monetarias restrictivas. Los resultados contribuyen a comprender los efectos de las decisiones de política monetaria y ofrecen elementos para la reflexión sobre políticas públicas que equilibren el control de la inflación y el estímulo del desarrollo económico de las familias.

Palabras clave: Tasas de interés. Política monetaria. Economía brasileña. Ciudadanos.

INTRODUÇÃO

A economia é a ciência social que estuda as formas de alocação de recursos escassos entre diferentes agentes, com o objetivo de promover eficiência e bem-estar social (Samuelson e Nordhaus, 2012). No contexto brasileiro, o estudo foca nas taxas de juros, em especial a taxa Selic, que tem sido um dos principais instrumentos da política monetária, utilizada principalmente para controlar a inflação. Entretanto, seus efeitos sobre o investimento, o

consumo e o crescimento econômico vêm sendo cada vez mais debatidos no meio acadêmico e político (Bramante, Rodrigue e Mirantes, 2020).

A taxa Selic, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil influencia diretamente outras taxas de juros da economia, como aqueles incidentes sobre empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras (Banco Central do Brasil, 2026). Atualmente, conforme decidido na última reunião do Copom, a taxa Selic está mantida em 15% ao ano, principalmente diante de pressões inflacionárias persistentes. Esse patamar elevado reflete a preocupação do Banco Central em conter a inflação e manter a estabilidade dos preços, mesmo diante de sinais de desaceleração econômica e de incertezas no cenário internacional (Marconi, 2025).

Os juros refletem a compensação do mercado sobre a economia futura e mostram a relação entre as taxas de juros e a inflação futura que orienta os investidores dos poupadores e os juros indica expectativa de crescimento econômico e inflação controlada, com investidores buscando retornos mais altos em investimentos de longo prazo devido a riscos maiores (Bertoncello, 2024).

A decisão da autoridade monetária justifica-se como ponto de partida para análise do fenômeno em pauta, dado que alterações na taxa Selic impactam diretamente o comportamento econômico dos cidadãos e agentes de mercado, influenciando decisões de consumo, poupança e investimento (Abreu, 2023).

Apesar do controle inflacionário ser essencial para a estabilidade econômica, o uso prolongado de juros elevados levanta questões quanto à sua influência negativa sobre a atividade produtiva, o emprego e o desenvolvimento sustentável. De acordo com De Paula (2022b), a economia brasileira encontra-se diante de uma escolha difícil, manter políticas monetárias restritivas para conter a inflação ou adotar uma postura mais expansionista que favoreça o crescimento.

Nesse contexto, com taxas de juros elevadas, os consumidores teriam dificuldades em cumprir os acordos feitos, o que resultaria em uma queda acentuada no consumo, tornando o crédito mais caro e levando a uma diminuição na demanda (Camtta e Salles, 2024).

Diante do exposto, o problema de pesquisa que este estudo busca responder é: Como a política de juros, representada pela taxa Selic e outras medidas econômicas, impacta o comportamento e atitude dos cidadãos de uma pequena cidade do Paraná?

Quanto ao objetivo é analisar como as taxas de juros influenciam o comportamento dos cidadãos de uma pequena cidade do Paraná, especialmente em relação ao consumo, poupança e percepção da economia nacional.

A realização deste estudo justifica-se pela importância de compreender como as decisões de política monetária afetam a economia real e o consumo da população, uma vez que, segundo Marquetti et al. (2023), desde os anos 1980, o Brasil vive um processo de estagnação econômica, em parte causado pela combinação de baixa taxa de lucro e políticas monetárias conservadoras. Compreender essa relação é fundamental para propor alternativas que incentivem o crescimento sustentável, a inclusão social e o pleno emprego.

REFERENCIAL TEÓRICO

Pensamento econômico clássico e keynesiano

O pensamento econômico clássico, representado por Adam Smith e David Ricardo, fundamenta-se na ideia de que os mercados possuem mecanismos autorreguladores capazes de garantir o equilíbrio econômico e o pleno emprego no longo prazo (Gremaud, et. al. 2024).

Nessa visão, a taxa de juros é entendida como o preço do capital, influenciada pela poupança e investimento, com pouca interferência do Estado.

O advento da teoria keynesiana revolucionou esse entendimento ao enfatizar o papel da demanda agregada e da política fiscal e monetária na regulação econômica, que Keynes argumentava que a taxa de juros não é apenas o preço do dinheiro, mas também um instrumento crucial para estimular ou conter a atividade econômica.

A taxa básica de juros, segundo Keynes, afeta diretamente o nível de investimento e, consequentemente, o emprego e o crescimento (Bertoncello, 2024).

Krugman e Obstfeld (2009) ressaltam que políticas monetárias restritivas, quando prolongadas, podem reduzir o dinamismo econômico. Mankiw (2019) reforça que a taxa de juros influencia tanto expectativas quanto decisões intertemporais de consumo e investimento.

De Paula (2022a) amplia essa discussão ao explorar como as ideias keynesianas se aplicam ao contexto brasileiro. Ele destaca que a política monetária no Brasil, centrada na taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), tem sido utilizada principalmente para o controle da inflação, muitas vezes em detrimento de um estímulo real ao crescimento econômico sustentável

Oreiro, et al. (2024), a alta taxa de juros no Brasil é vista como a causa do desajuste fiscal nos últimos três anos. Isso se deve a fatores estruturais e institucionais. Estruturalmente, a economia ainda tem uma correção de preços significativa devido à estabilização incompleta do Plano Real. Institucionalmente, o sistema de metas de inflação é inflexível, com metas irreais que levam o Banco Central a aumentar os juros mesmo quando a inflação real não justifica isso, como ocorreu em 2024.

A economia brasileira, taxa de juros e inflação no Brasil

Sobre macroeconomia, desenvolvimento econômico De Paula (2022b) apresenta uma análise crítica da trajetória econômica brasileira, focando especialmente no papel da inflação, da taxa de juros e da financeirização para o cenário macroeconômico atual. Segundo o autor, o Brasil enfrenta uma encruzilhada entre manter políticas monetárias restritivas para controlar a inflação e a necessidade de estimular o crescimento econômico por meio de juros mais baixos.

De Paula (2022a) destaca que, historicamente, o combate à inflação tem prevalecido nas decisões do Banco Central, que utiliza a taxa Selic como principal instrumento de política monetária. Essa política, embora eficiente para a estabilidade dos preços, gera efeitos colaterais importantes, como a redução do investimento produtivo e o aumento do endividamento público e privado.

5

As variáveis que reagem mais ao ciclo econômico, como a taxa básica de juros e a inflação anual, são importantes para analisar o comportamento das autoridades monetárias. É amplamente reconhecido que a taxa de juros real necessária para estabilizar a inflação no Brasil é historicamente alta em comparação com outros países em desenvolvimento, afetando a taxa Selic (Soares, et. al., 2025).

No entanto, os desafios da economia brasileira, Giambiagi e Além (2016) ressaltam que a elevada taxa de juros tem limitado o crescimento de longo prazo. Bresser-Pereira (2018) argumenta que a dependência de políticas monetárias conservadoras perpetua a estagnação e aprofunda as desigualdades.

Segundo Oreiro e Paula (2020), a combinação de juros altos e financeirização tem deslocado recursos do setor produtivo para o financeiro, agravando o problema do desenvolvimento sustentável.

De Paula (2022b) também enfatiza o processo de financeirização da economia brasileira, caracterizado pelo crescente peso do setor financeiro na alocação de recursos e na formação da renda nacional. A alta taxa de juros, segundo o autor, torna mais lucrativo aplicar recursos em operações financeiras do que no setor produtivo, o que compromete o desenvolvimento econômico sustentável e aprofunda as desigualdades sociais.

Nesse contexto, diferentes análises convergem para a necessidade de repensar o papel da política monetária no Brasil, de forma a equilibrar o controle da inflação com o estímulo ao crescimento e à inclusão social (Lima Neto, et. al., 2022).

A trajetória da taxa de lucro no Brasil entre 1950 e 2020, analisada por Marquetti et al. (2023), revela uma tendência de queda que coincide com os períodos de estagnação econômica prolongada. Essa redução da taxa de lucro tem sido interpretada como um dos fatores centrais da desaceleração da economia brasileira nas últimas décadas. Segundo os autores, a queda da rentabilidade afeta a capacidade e a disposição das empresas em investir, refletindo diretamente na redução do crescimento econômico e na geração de emprego.

Nesse contexto, a política monetária desempenha papel crucial. A relação entre taxa de juros e inflação é um dos pilares da condução econômica no Brasil. Como destaca Modenesi (2010), o Banco Central utiliza a Selic como principal instrumento de combate à inflação, ajustando-a conforme as pressões de demanda e as expectativas inflacionárias.

Embora esse mecanismo seja eficaz para estabilizar preços, Giambiagi e Além (2016) alertam que a elevação prolongada da Selic tende a desestimular o consumo e o investimento produtivo. Oreiro e Paula (2020) acrescentam que, apesar de conter a inflação, juros persistentemente elevados podem intensificar a desaceleração econômica e comprometer a geração de empregos.

Assim, a política monetária baseada em taxas de juros elevadas, somada à tendência estrutural de queda da taxa de lucro, reforça um ambiente adverso ao crescimento econômico (Feijó, Araújo e Bresse-Pereira, 2022).

A combinação entre financeirização, alta dos juros e baixa rentabilidade cria um quadro propício à estagnação, marcado por baixo dinamismo do PIB e elevados índices de desemprego (Marquetti et al., 2023; De Paula, 2022a). O entendimento desse processo histórico e estrutural é fundamental para a formulação de políticas econômicas que conciliem estabilidade de preços com desenvolvimento econômico e inclusão social.

Assim, a taxa de juros, que afeta tanto o gasto quanto o consumo das pessoas e, de acordo com Gremaud et al. (2024), essa taxa representa o custo do consumo imediato em comparação ao consumo que ocorrerá no futuro, ilustrando o custo de oportunidade do gasto atual. Mudanças na taxa de juros são uma das principais estratégias utilizadas para afetar a demanda, especialmente o consumo. Contudo, é importante destacar que elevações nas taxas de juros com o intuito de limitar o consumo podem levar a resultados imprevisíveis, pois as variações nas taxas costumam ter impactos diferentes nos indivíduos, dependendo de serem poupadores ou que buscam empréstimos.

MÉTODOS

Este estudo é de natureza exploratória e quantitativa, baseado em uma revisão bibliográfica e documental. A escolha desse método justifica-se pela necessidade de compreender o impacto da taxa de juros no desenvolvimento econômico brasileiro a partir da análise crítica de obras teóricas e empíricas relevantes, permitindo um aprofundamento conceitual do tema (Gil, 2017).

Segundo Gil (2017), a pesquisa exploratória é adequada quando se busca maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito. Neste trabalho, essa abordagem contribui para delimitar e estruturar melhor o objeto de estudo.

A pesquisa caracteriza-se também como bibliográfica, pois fundamenta-se em fontes já publicadas, incluindo livros, artigos científicos e documentos oficiais relacionados à política monetária, à taxa Selic, à economia brasileira e à financeirização. Como explicam Lakatos e Marconi (2017), esse tipo de pesquisa é essencial para levantar e discutir conhecimentos já sistematizados sobre o tema.

Além disso, a presente pesquisa caracteriza-se como quantitativa, com objetivo descritivo e abordagem transversal. O estudo visa levantar a percepção da população sobre os impactos da taxa Selic na economia brasileira, utilizando como instrumento um questionário estruturado. De acordo com Malhotra (2019), esse tipo de questionário é amplamente empregado em pesquisas quantitativas de marketing e comportamento, pois permite comparações estatísticas consistentes.

O instrumento de coleta foi composto por questões organizadas em escala ordinal de 5 pontos (concordo totalmente a discordo totalmente). Hair et al. (2010) defendem o uso desse

tipo de escala em levantamentos de percepção, já que ela possibilita mensurar atitudes e opiniões de forma comparável.

A unidade de observação foi composta por cidadãos de uma pequena cidade do estado do Paraná, selecionados por amostragem não probabilística por conveniência, por meio da divulgação do formulário em grupos de WhatsApp e outras redes sociais, com a obtenção de 100 respostas.

Quanto ao perfil da amostra, foi observado que 58% são do sexo feminino, e 42% do sexo masculino; 37% têm até 19 anos, 32% estão na faixa de 20 a 30 anos, e 30% têm mais de 30 anos. Em relação ao nível educacional, 28% possuem ensino médio, e 72% possuem ensino superior. Para garantir a consistência dos resultados, o questionário será validado por meio do cálculo do alfa de Cronbach de 0,700. Segundo Cronbach (1951), esse coeficiente mede a confiabilidade interna do instrumento, assegurando que os itens avaliem de forma coerente o mesmo construto.

A análise dos dados foi realizada com base em estatística descritiva, utilizando recursos como frequências relativas e segmentado por gênero, faixa etária e escolaridade, elaborados inicialmente no software Excel. Posteriormente, as análises foram realizadas no software Jamovi, onde foram empregados os testes não paramétricos de Mann-Whitney e Kruskal-Wallis, conforme orientado por Siegel e Castellan (2017).

O caminho para fazer esse teste estatísticos foi por meio de análise indutiva dos dados coletados, com o estudo de comparação entre populações, sendo que a variável é qualitativa ordinal com 2 grupos (teste de Mann-Whitney) e 3 grupos (teste de Kruskal-Wallis), ambos não pareados.

O teste de Mann-Whitney é utilizado para a comparação de dois grupos não pareados ou independentes, enquanto o teste de Kruskal-Wallis é aplicado para a comparação de mais de dois grupos não pareados ou independentes.

Se o p-valor obtido for abaixo de 5% ($p \leq 0,05$), rejeita-se a hipótese nula, concluindo-se que a diferença entre as medianas das populações é estatisticamente significativa; caso contrário, se for acima de 5%, as hipóteses não devem ser rejeitadas (Siegel e Castellan, 2017). Em resumo apresenta-se a síntese da estrutura metodológica e protocolo utilizado, conforme Tabela 1:

Tabela 1 - Síntese da metodologia de pesquisa e protocolo utilizado

Problema de pesquisa: Como a política de juros, representada pela taxa Selic e outras medidas econômicas, impacta a comportamento e atitude dos cidadãos de uma pequena cidade do Paraná?	
Objetivo da pesquisa: analisar como as taxas de juros influenciam o comportamento dos cidadãos de uma pequena cidade do Paraná, especialmente em relação ao consumo, poupança e percepção da economia nacional.	
Objetivos específicos: Identificar o se a taxa de juros influencia o preço dos produtos no Brasil; se o salário é suficiente para cobrir os gastos básicos; se, no Brasil, em momento de alta inflação, o governo precisa adotar medidas para controlar preços; se a taxa de juros é o principal instrumento do Banco Central para controlar a inflação; se a taxa de juros atual faz com que o consumo da família fique menor; se a economia do país está melhorando em comparação aos últimos anos; se a situação atual da economia na cidade é boa; se o orçamento da família é controlado com detalhes para cada gasto; se a situação financeira da família atualmente é saudável; e se a situação econômica do país atualmente seria um momento importante para guardar dinheiro	
Parâmetros Metodológicos	Classificação Metodológica
1. Natureza das variáveis e objetivo	Estudo quantitativo e descritivo conclusivo
2. Unidade de observação	Municípios de uma pequena cidade do Paraná, acima de 18 anos
3. Escala e variáveis	Escala de 5 pontos (concordo/discordo), com 10 variáveis e 3 perfis (gênero, faixa etária e escolaridade), validada com alpha de Cronbach em 0,700
4. Amostragem	Não probabilística por conveniência com 100 entrevistas
5. Forma de coleta e abordagem	Levamento por meio do Google Forms e grupos de whatsapp
6. Procedência dos dados e recorte	Dados primários e recorte transversal
7. Análise	Estatística descritiva com análises univariadas e bivariadas, com uso do teste não paramétricos: Mann-Whitney e Kruskal-Wallis

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

É importante destacar que a pesquisa de opinião pública contou com participantes não identificados, e que o artigo não envolveu intervenção direta ou coleta de dados sensíveis com participantes humanos ou animais, conforme indicado no parágrafo único do artigo 1º da Resolução nº 510/2016 do CNS (Conselho Nacional de Saúde); desta forma, o artigo não é sujeito a registro ou avaliação pelo sistema CEP/Conep. É importante mencionar que a IAG ofereceu suporte na checagem de gramática, na estruturação do texto e na reformulação de alguns conteúdos no link <https://www.editpad.org/>.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos serão comparados com a literatura apresentada e verificar se os cidadãos reconhecem os efeitos de uma política monetária restritiva, que tende a conter a inflação, mas também pode limitar o crescimento econômico e a geração de empregos. Assim

a análise é formada segmentada por gênero, escolaridade e faixa etária, que pode ser interpretada de maneira resumida, categorizada por concordo / concordo totalmente / indiferente / discordo / discordo totalmente, e feito em conjunto com os testes não paramétricos aplicados: Mann-Whitney e Kruskal-Wallis (Tabela 2).

Tabela 2 – Resultado dos testes estatísticos por Gênero, Escolaridade e Faixa Etária

Variáveis	Gênero				Escolaridade			Faixa etária			P-val or	Total
	Escala	Fem	Mas c	P-valor	Médi o	Sup .	P-valor	Até 19	20 / 30	30 +		
Variável 1	CT +	100		0,101			0,383			10	0,194	100%
	C	%	100%		100%	%		100		0		
	Indife							%	100%	%		
	rente	0%	0%		0%	0%		0%	0%	0		
Variável 2	D +			0,003 *			0,490			0	0,013*	46%
	DT	0%	0%		0%	0%		0%	0%	%		
	CT +									67		
	C	32%	67%		46%	46%		38%	38%	%		
Variável 3	Indife			0,787			0,453			10	0,530	94%
	rente	16%	7%		7%	14%		19%	6%	%		
	D +									23		
	DT	53%	26%		46%	39%		43%	56%	%		
Variável 4	CT +			0,700			0,026 *			90	0,202	72%
	C	96%	90%		93%	94%		97%	94%	%		
	Indife									3		
	rente	4%	2%		4%	3%		3%	3%	%		
Variável 5	D +			0,279			0,932			7	0,016*	70%
	DT	0%	7%		4%	3%		0%	3%	%		
	CT +									80		
	C	68%	76%		61%	76%		70%	66%	%		
Variável 6	Indife			0,720			0,145			13	0,038*	20%
	rente	23%	10%		21%	15%		24%	13%	%		
	D +									7		
	DT	9%	14%		18%	8%		5%	22%	%		
Variável 7	CT +			0,666			0,275			90	0,065	35%
	C	67%	74%		68%	70%		54%	69%	%		
	Indife									7		
	rente	14%	14%		11%	15%		22%	13%	%		
Variável 8	D +			0,666			0,275			3	0,065	30%
	DT	19%	12%		21%	14%		24%	19%	%		
	CT +									27		
	C	18%	24%		25%	18%		8%	28%	%		
Variável 9	Indife			0,666			0,275			20	0,065	30%
	rente	21%	26%		21%	24%		24%	25%	%		
	D +									53		
	DT	61%	50%		54%	58%		68%	47%	%		
Variável 10	CT +			0,666			0,275			40	0,065	35%
	C	33%	38%		43%	32%		32%	34%	%		
	Indife									30		
	rente	32%	29%		25%	32%		35%	25%	%		

	D +								30	
	DT	35%	33%		32%	35%		32%	41%	34%
	CT +			0,600			0,461			67
	C	65%	60%		57%	65%		70%	50%	52
	Indife									13
	rente	12%	17%		14%	14%		14%	16%	14%
Variável	D +									20
8	DT	23%	24%		29%	21%		16%	34%	23%
	CT +			0,798			0,717			73
	C	75%	74%		75%	75%		81%	69%	75
	Indife									7
	rente	9%	10%		11%	8%		11%	9%	9%
Variável	D +									20
9	DT	16%	17%		14%	17%		8%	22%	16%
	CT +			0,796			0,993			90
	C	89%	88%		89%	89%		89%	88%	36
	Indife									3
	rente	4%	7%		7%	4%		5%	6%	5%
Variável	D +									7
10	DT	7%	5%		4%	7%		5%	6%	6%

Fonte: pesquisa (2025) – p-valor significativo a 5% (0,05) *

Variável 1 - A taxa de juros influencia o preço dos produtos no Brasil

A análise da variável 1 teve como objetivo identificar se fatores como gênero, escolaridade e faixa etária influenciam as percepções dos participantes sobre o tema estudado. A verificação dessas variáveis é fundamental em pesquisas, pois permite compreender se os diferentes grupos apresentam comportamentos distintos ou se mantêm percepções homogêneas.

Os resultados obtidos mostraram que não houve diferença estatisticamente significativa entre os grupos analisados; pois 100% somaram como concordam totalmente (71%) e concordam (29%).

Em relação ao gênero (p-valor: 0,101), observou-se que homens e mulheres compartilham percepções semelhantes, indicando que o sexo não exerce influência sobre as respostas, embora 77% das mulheres concordam totalmente e os homens com 62%.

No caso da escolaridade (p-valor: 0,383), também não foram encontradas diferenças relevantes, o que demonstra que o nível de formação educacional não altera a forma como os participantes percebem a variável, sendo que entre os de ensino médio 64% concordam totalmente e de curso superior 73%.

Da mesma forma, a faixa etária (p-valor: 0,194) não apresentou impacto significativo, evidenciando que as percepções permanecem consistentes entre as diferentes idades, sendo que

os mais velhos acima de 29 anos, 83% concordam totalmente, entre 20 a 29, com 66% e até 19 anos com 65%.

De acordo com Malhotra (2019), a análise das diferenças entre grupos é essencial para avaliar a consistência das informações e compreender se as características pessoais interferem nas respostas dos indivíduos.

Dessa forma, a variável 1 se mantém estável entre todos os grupos analisados, apresentando homogeneidade nas percepções dos respondentes. Isso significa que os fatores sociodemográficos não exercem influência sobre essa variável, indicando que ela é compreendida de forma uniforme por pessoas de diferentes perfis.

Variável 2 - O salário que recebo é suficiente para cobrir meus gastos básicos

A variável 2 teve como objetivo analisar se os participantes consideram que o salário recebido é suficiente para cobrir seus gastos básicos. Apenas 46% afirmaram concordar que sua renda é suficiente, enquanto 41% discordaram, e 12% se mostraram neutros. Esse tipo de análise permite compreender como fatores demográficos, como gênero, escolaridade e faixa etária, influenciam a percepção de estabilidade financeira e satisfação com a renda.

De acordo com Kotler e Keller (2012), as diferenças de percepção entre grupos sociais refletem não apenas aspectos econômicos, mas também fatores psicológicos e culturais que afetam o modo como os indivíduos avaliam sua realidade financeira.

Os resultados mostraram que alguns desses fatores exercem influência significativa sobre a variável 2. Em relação ao gênero (p-valor: 0,003), observou-se diferença estatística relevante, indicando que homens e mulheres possuem percepções distintas quanto à suficiência de seus salários. Essa diferença pode estar relacionada a desigualdades salariais, padrões de consumo diferentes ou responsabilidades financeiras desiguais.

Por outro lado, a escolaridade (p-valor: 0,490) não apresentou diferença significativa, demonstrando que o nível de formação não altera a forma como os respondentes percebem a adequação de sua renda. Já a faixa etária (p-valor: 0,013) mostrou diferença significativa, sugerindo que a idade influencia diretamente essa percepção, possivelmente em razão das diferentes fases da vida, demandas financeiras e experiências com o mercado de trabalho.

Dessa forma, a variável 2 é influenciada tanto pelo gênero quanto pela faixa etária, evidenciando que essas variáveis demográficas impactam a maneira como as pessoas percebem

a suficiência do próprio salário. Esses resultados reforçam que percepções financeiras são construídas com base em experiências pessoais e sociais, variando de acordo com o perfil do indivíduo.

Variável 3 - No Brasil em momento de alta inflação o governo precisa adotar medidas de controle de preços

A variável 3 buscou identificar a percepção dos participantes em relação à necessidade de o governo adotar medidas de controle de preços durante períodos de alta inflação no Brasil.

Conforme Churchill e Iacobucci (2009), entender se há variação entre diferentes grupos é essencial para determinar se as percepções sobre determinado tema são homogêneas ou se refletem diferenças de opinião associadas a características individuais.

Os resultados da análise mostraram 94% de concordância entre os participantes. Desta forma, a variável 3 apresenta estabilidade total, sem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos analisados.

Em relação ao gênero (p-valor: 0,787), verificou-se que homens e mulheres possuem percepções semelhantes sobre a atuação do governo em períodos inflacionários. Da mesma forma, a escolaridade (p-valor: 0,453) não apresentou influência significativa, indicando que o nível de formação educacional não altera a opinião sobre a necessidade de medidas de controle de preços. Por fim, a faixa etária (p-valor: 0,530) também não mostrou diferenças relevantes, o que demonstra que pessoas de diferentes idades compartilham percepções semelhantes quanto ao tema.

Com base nesses resultados, sugere-se que a variável 3 apresenta estabilidade total, sendo uma variável homogênea e não afetada por gênero, escolaridade ou idade. Isso indica que a percepção de que o governo deve intervir para controlar os preços em períodos de alta inflação é amplamente compartilhada entre os participantes, independentemente de suas características sociodemográficas (Feijó, Araújo e Bresser-Pereira, 2022).

Variável 4 - A taxa de juros é o principal instrumento do Banco Central para controlar a inflação

A variável 4 analisa a percepção dos participantes quanto à taxa de juros ser o principal instrumento utilizado pelo Banco Central para controlar a inflação. O objetivo foi verificar se

fatores sociodemográficos, como gênero, escolaridade e faixa etária, influenciam essa percepção.

Os resultados apontaram 72% de concordância, sendo que a escolaridade foi o único fator com diferença significativa (p-valor: 0,026), indicando que o nível educacional interfere diretamente na forma como os respondentes entendem a função da taxa de juros. Já o gênero (p-valor: 0,700) e a faixa etária (p-valor: 0,202) não apresentaram diferenças significativas, revelando percepções homogêneas entre homens e mulheres e entre as diferentes idades.

Esses achados sugerem que pessoas com maior nível de instrução tendem a compreender com mais clareza o papel da taxa de juros na política econômica, o que pode estar relacionado à familiaridade com conceitos financeiros e macroeconômicos.

Segundo Oreiro (2024), o nível educacional influencia o modo como os indivíduos processam informações e formam julgamentos sobre temas complexos, incluindo aspectos econômicos que afetam diretamente o poder de compra e o comportamento do consumidor.

Portanto, a variável 4 é fortemente influenciada pela escolaridade, demonstrando que o conhecimento adquirido por meio da formação acadêmica amplia a capacidade de interpretar políticas econômicas e compreender como o Banco Central utiliza a taxa de juros como ferramenta para o controle inflacionário.

Variável 5 - A taxa de juros atual faz com que o consumo da minha família fique menor

A variável 5 analisa a percepção sobre o impacto da taxa de juros atual no consumo familiar. Os resultados mostram que 70% dos participantes concordaram com a afirmação e que não há diferença significativa entre homens e mulheres (p-valor: 0,279), indicando que o gênero não influencia essa percepção. Da mesma forma, a escolaridade também não apresenta efeito (p-valor: 0,932), o que mostra que indivíduos com diferentes níveis de formação compartilham uma visão semelhante em relação ao tema. Entretanto, observa-se diferença significativa entre as faixas etárias (p-valor: 0,016).

Isso significa que a idade influencia diretamente a forma como as pessoas percebem o impacto da taxa de juros sobre o consumo. Indivíduos mais velhos tendem a perceber mais intensamente a redução no consumo, possivelmente por apresentarem rotinas de gastos mais estáveis e maior preocupação com o equilíbrio financeiro familiar. Já indivíduos mais jovens podem sentir esse impacto de forma menos acentuada.

Essa diferença está relacionada ao comportamento econômico ao longo do ciclo de vida. Segundo Gremaud et al. (2024), o consumo varia conforme a idade, pois as necessidades, prioridades e padrões financeiros se modificam ao longo do tempo, influenciando a forma como fatores econômicos, como a taxa de juros, afetam as decisões de consumo. Assim, conclui-se que a variável 5 é influenciada pela idade, evidenciando diferenças perceptivas entre gerações sobre o impacto da taxa de juros no consumo familiar.

Variável 6 - A economia do país está melhorando em comparação aos últimos anos

A variável 6 trata da percepção sobre a melhora da economia do país em comparação aos últimos anos. Os resultados indicam que apenas 20% acreditam que o país está melhorando, enquanto 57% discordam e 23% se mantêm neutros. Não há diferença significativa entre homens e mulheres (p -valor: 0,720), mostrando que o gênero não influencia essa avaliação. Da mesma forma, a escolaridade também não apresentou efeito significativo (p -valor: 0,145), o que demonstra que pessoas com diferentes níveis de formação compartilham percepções semelhantes sobre esse aspecto.

Por outro lado, observa-se diferença significativa entre as faixas etárias (p -valor: 0,038). Isso significa que a idade influencia a maneira como os indivíduos percebem a situação econômica do país. Pessoas mais jovens podem ter uma visão mais otimista ou menos estruturada sobre a evolução econômica, enquanto indivíduos mais velhos, que geralmente vivenciaram mais ciclos econômicos, tendem a avaliar o cenário com maior criticidade ou cautela.

Essa diferença de percepção ao longo das idades pode estar relacionada à experiência acumulada e ao contato com períodos econômicos distintos. Conforme afirmam Samuelson e Nordhaus (2012), a forma como os indivíduos compreendem o desempenho econômico está diretamente ligada ao contexto histórico, social e vivencial no qual estão inseridos, o que explica as variações perceptivas entre gerações.

Dessa forma, a variável 6 é influenciada pela faixa etária, demonstrando que a percepção sobre a melhora ou piora da economia muda conforme o momento de vida e trajetória econômica de cada indivíduo.

Variável 7 - Com base no meu dia a dia, a situação atual da economia na minha cidade é boa

A variável 7 avalia a percepção sobre a situação econômica da cidade no cotidiano dos respondentes. Sobre a economia local, 35% dos respondentes avaliam positivamente a situação econômica de sua cidade, 30% se mostraram neutros, e 34% discordaram. A análise dos dados mostra que não há diferença significativa entre homens e mulheres (p-valor: 0,666), indicando que o gênero não interfere nessa avaliação.

Da mesma forma, a escolaridade também não apresentou influência (p-valor: 0,275), revelando que pessoas com diferentes níveis de formação compartilham percepções semelhantes sobre a economia local. Além disso, não foram observadas diferenças entre as faixas etárias (p-valor: 0,665), o que demonstra que a idade também não afeta essa variável.

Dessa forma, percebe-se que a variável 7 é homogênea entre todos os grupos analisados, ou seja, as percepções sobre a economia local permanecem estáveis independentemente de características demográficas como gênero, escolaridade ou idade. Isso sugere que a avaliação da situação econômica na cidade está mais relacionada à experiência cotidiana e ao contexto local do que a perfis sociodemográficos.

De acordo com Oliveira (2020), percepções sobre a economia local tendem a ser formadas a partir da vivência diária e do contato direto com fatores como preços, emprego, comércio e renda local, o que explica a uniformidade de respostas entre os diferentes grupos.

16

Variável 8 - O orçamento da minha família é controlado com detalhes para cada gasto

A variável 8 demonstra estabilidade nas percepções dos participantes, independentemente de características demográficas. Foi analisado o controle orçamentário familiar, que apresentou 63% de concordância, 14% de neutralidade e 23% de discordância, sem diferenças estatísticas entre os grupos.

Os resultados indicam que não há diferença significativa entre homens e mulheres (p-valor: 0,600), mostrando que o gênero não interfere nessa avaliação. Da mesma forma, a escolaridade também não apresenta impacto (p-valor: 0,461), revelando que diferentes níveis de formação não alteram as opiniões sobre essa variável. Além disso, não foram encontradas diferenças entre as faixas etárias (p-valor: 0,752), o que indica que a idade também não influencia essa percepção.

Dessa forma, observa-se que a variável 8 é consistente e estável entre todos os grupos analisados, o que sugere que essa percepção é construída de maneira semelhante entre pessoas com diferentes perfis demográficos. Esse tipo de resultado reforça a ideia de que determinadas percepções são moldadas mais pela vivência comum e pelo contexto social coletivo do que por características individuais.

Segundo Bertoncello (2022), quando uma percepção é compartilhada entre diferentes grupos, isso indica que há elementos sociais e culturais que influenciam de forma uniforme a interpretação da realidade, levando a avaliações semelhantes mesmo entre indivíduos com perfis distintos.

Variável 9 - A situação financeira de minha família atualmente é saudável

A variável 9 apresenta uniformidade entre os participantes, mostrando que as percepções relacionadas a essa variável são semelhantes, independentemente das características demográficas analisadas. Sobre a saúde financeira familiar, 75% afirmaram considerar sua situação atual saudável, demonstrando otimismo em relação ao equilíbrio financeiro individual, mesmo em um contexto macroeconômico desafiador.

Os resultados indicam que não há diferença significativa entre homens e mulheres (p-valor: 0,798), o que demonstra que o gênero não influencia a forma como essa variável é percebida.

Da mesma forma, a escolaridade também não exerce impacto relevante (p-valor: 0,717), indicando que pessoas com diferentes níveis de formação interpretam essa questão de maneira semelhante. Além disso, não foram identificadas diferenças significativas entre as faixas etárias (p-valor: 0,175), o que reforça que a idade também não altera a percepção dos participantes.

Assim, conclui-se que a variável 9 é uniforme entre todos os grupos pesquisados, mostrando que essa percepção é compartilhada por diferentes perfis de indivíduos. Isso sugere que a interpretação dessa variável pode estar relacionada a fatores sociais amplos ou experiências comuns que atravessam diferentes grupos demográficos.

Segundo Lima Neto et. al, (2022), percepções coletivas tendem a se formar quando as pessoas vivenciam contextos semelhantes, o que faz com que diferentes grupos sociais desenvolvam avaliações parecidas sobre determinados aspectos da realidade.

Variável 10 - Tendo em vista a situação econômica do país atualmente seria um importante momento para guardar dinheiro

A variável 10 apresenta total estabilidade nas percepções dos participantes, evidenciando que os fatores demográficos analisados não influenciam essa variável. Foi avaliado que a disposição para poupar obteve 89% de concordância, sendo uma das respostas mais consistentes do levantamento.

Os resultados mostram que não há diferença significativa entre homens e mulheres (p-valor: 0,796), indicando que o gênero não interfere na forma como essa questão é percebida.

Além disso, a escolaridade também não apresentou qualquer diferença relevante (p-valor: 0,993), demonstrando que o nível de formação não modifica a opinião dos respondentes.

Da mesma forma, as faixas etárias não apresentam diferenças significativas (p-valor: 0,836), o que reforça que a idade também não afeta essa percepção.

Dessa maneira, observa-se que a variável 10 é homogênea entre todos os grupos analisados, sugerindo que essa percepção está associada a experiências comuns do cotidiano ou a um entendimento geral compartilhado socialmente, e não a características individuais como idade, gênero ou formação.

Economizar, portanto, torna-se um sinal de controle e diminuição de despesas e

CONCLUSÃO

Chegando nessa etapa do estudo, o presente trabalho teve como objetivo analisar como as taxas de juros influenciam o comportamento dos cidadãos de uma pequena cidade do Paraná e considera-se que os objetivos foram atingidos.

A partir dos resultados obtidos, foi possível identificar como diferentes perfis de indivíduos por segmento como gênero, faixa etária e escolaridade compreendem e reagem às variações da taxa de juros e de que maneira essas mudanças influenciam aspectos como consumo, percepção econômica e avaliação da conjuntura nacional e local.

Observou-se que algumas variáveis mediante aplicação dos testes não paramétricos apresentaram que os fatores demográficos, como gênero, faixa etária e escolaridade, se mantiveram estáveis entre os grupos para algumas variáveis estudadas, indicando que certas percepções são amplamente compartilhadas de forma homogênea. Em resumo os achados apontaram que:

A Variável 1 mostrou que 100% (concordam totalmente, 71%, e concordam, 29%) dos participantes concordam que a taxa de juros influencia o preço dos produtos no Brasil, indicando percepção totalmente homogênea e alinhada sobre esse impacto econômico (não houve diferenças entre gênero, escolaridade e faixa etária).

A Variável 2 demonstrou que 46,5% dos participantes consideram que o salário recebido é suficiente para cobrir os gastos básicos, enquanto 41,4% discordam, e 12,1% permanecem neutros, evidenciando que boa parte enfrenta dificuldades para equilibrar o orçamento econômico (houve diferenças entre gênero e faixa etária).

A Variável 3 apresentou 93,9% de concordância quanto à necessidade de o governo adotar medidas de controle de preços em períodos de inflação alta, mostrando apoio quase unânime à intervenção estatal (não houve diferenças entre gênero, escolaridade e faixa etária).

A Variável 4 indicou que 71,7% reconhecem que a taxa de juros é o principal instrumento do Banco Central para controlar a inflação. Aqui, a escolaridade foi o único fator com diferença estatística significativa (p -valor = 0,026), sugerindo maior compreensão entre pessoas com formação superior (houve diferenças entre escolaridade).

A Variável 5 mostrou que 69,7% afirmam que a taxa de juros atual reduz o consumo da família, enquanto 14,1% permaneceram indiferentes, e 16,2% discordaram, reforçando a sensibilidade das famílias ao aperto monetário (houve diferenças entre faixa etária).

A Variável 6 apresentou apenas 20,2% de concordância de que a economia do país está melhorando, frente a 49,5% de discordância, revelando visão predominantemente pessimista sobre o cenário nacional (houve diferenças entre faixa etária).

A Variável 7 indicou que 35,4% avaliam positivamente a economia da própria cidade, enquanto 30,3% se mostraram neutros, e 34,3% discordaram, demonstrando percepções divididas sobre o contexto local (não houve diferenças entre gênero, escolaridade e faixa etária).

A Variável 8 mostrou que 62,6% afirmam controlar detalhadamente o orçamento doméstico, revelando comportamento financeiro mais cauteloso em períodos de incerteza (não houve diferenças entre gênero, escolaridade ou faixa etária).

A Variável 9 apresentou 74,7% de concordância sobre a saúde financeira da família, indicando que a maioria percebe seu orçamento como equilibrado apesar do contexto macroeconômico desafiador (não houve diferenças entre gênero, escolaridade e faixa etária).

A Variável 10 revelou que 88,9% acreditam que este é um momento importante para guardar dinheiro, reforçando uma postura coletiva de prudência e foco em segurança financeira (não houve diferenças entre gênero, escolaridade e faixa etária).

Esses resultados demonstram consciência econômica crescente entre os cidadãos, ainda que marcada por cautela e percepção crítica sobre o cenário nacional. A combinação entre alta taxa de juros e percepção de estagnação reforça o desafio de equilibrar o controle inflacionário com o estímulo ao consumo e ao desenvolvimento econômica de uma região.

A principal contribuição deste estudo está em evidenciar que a forma como os cidadãos percebem a taxa Selic não se limita ao conhecimento técnico, mas envolve vivências pessoais, experiências econômicas e contexto social.

Dessa forma, os resultados podem auxiliar tanto na formulação de políticas públicas quanto em estratégias econômicas e de educação financeira, especialmente no que se refere à comunicação mais clara sobre os impactos das decisões monetárias no cotidiano da população.

Outra contribuição foi compreender os efeitos das decisões de política monetária e oferece subsídios para reflexões sobre políticas públicas que equilibrem o controle inflacionário e o estímulo ao desenvolvimento econômico das famílias

Entretanto, destaca-se como limitação a utilização de amostragem por conveniência, concentrada em uma única região, o que reduz a possibilidade de generalização dos achados para todo o país.

Assim, para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar o tamanho da amostra, contemplando diferentes regiões brasileiras e comparando perfis socioeconômicos diversos, permitindo análises mais abrangentes e representativas da realidade nacional.

REFERÊNCIAS

ABREU, Gustavo Perígo de. A origem da economia e das desigualdades sociais em Jean-Jacques Rousseau. *Filosofia e experiências humanas*, p. 57, 2023. Disponível em:

https://www.academia.edu/download/105818234/Filosofia_e_experiencias_humanas_ebook.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Taxa Selic: definição e funcionamento. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>. Acesso em: 25 ago. 2025.

BERTONCELLO, A. G. A curva de juros e sua relevância no contexto econômico. *Revista Alomorfia*, 8(5), 231-244, 2024. Disponível: <https://alomorfia.com.br/index.php/alomorfia/article/view/370>. Acesso em: 15 jan. 2026.

BERTONCELO, E. Classes sociais e consumo: um estudo dos gastos das famílias brasileiras a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (2017-2018). *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 22, e41931, 2022. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2022.1.41931>. Acesso em: 15 jan. 2026.

BRAMANTE, Edmilson Rosa; RODRIGUES, Walério Júnio Lopes; MIRANDA, Danilo Carvalho. A taxa Selic e seu impacto na economia brasileira. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, Teófilo Otoni*, v. 2, 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Taxa_básica_de_juros. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Em busca do desenvolvimento perdido: um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil. São Paulo: Editora FGV, 2018.

CAMATTA, R. B., SALLES, A. O. T. Consequências macroeconômicas do consumo conspícuo: efeito demonstração, mimetismo cultural; efeito dependência e os limites sociais para o crescimento econômico. *Nova Economia*, 34(01), 2024 e7897. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/7897>. Acesso em: 15 dez. 2025.

21

CHURCHILL, Gilbert A.; IACOBUCCI, Dawn. *Marketing: criando valor para o cliente*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CRONBACH, Lee J. Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, v. 16, n. 3, p. 297-334, 1951.

DE PAULA, Luiz Fernando. *Economia brasileira na encruzilhada: ensaios sobre macroeconomia, desenvolvimento econômico e economia bancária*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2022.

DE PAULA, Luiz Fernando. *Economia monetária e financeira: teoria e política*. Rio de Janeiro: LTC, 2022.

FEIJÓ, Carmem; ARAÚJO, Eliane Cristina; BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Política monetária no Brasil em tempos de pandemia. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 42, n. 1, p. 150-171, 2022. <https://doi.org/10.1590/0101-31572022-3353>. Acesso em: 5 jan. 2026.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. *Finanças públicas: teoria e prática no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GREMAUD, Amaury P.; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; JR., Rudinei T.; NARUHIKO, Sérgio. *Economia Brasileira Contemporânea*. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. E-book. p.99. ISBN 9786559776450. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776450/>. Acesso em: 03 abr. 2025

HAIR, Joseph F. et al. *Análise multivariada de dados*. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. *Administração de Marketing*. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. *Economia internacional: teoria e política*. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA NETO, Otavio et al. Impacto da pandemia na economia brasileira. *Revista Gestão em Foco*, n. 14, p. 199–205, 2022. Disponível em: <https://revista.unifia.edu.br>. Acesso em: 16 dez. 2025.

MALHOTRA, Naresh K. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.

MANKIW, N. Gregory. *Macroeconomia*. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

MARCONI, N. Como é possível crescer com taxas de juros tão elevadas? A incompatibilidade entre as políticas fiscal e monetária em xeque. *Revista Conjuntura Econômica*, 79(01), 30–35, 2025. <https://periodicos.fgv.br/rce/article/view/94125>. Acesso em: 10 dez. 2025.

MARQUETTI, Adalmir; HOFF, Christian; MIEBACH, Andreas; LAUTERT, Valter. Profitability and stagnation in Brazil: a classical-Keynesian approach. *Review of Radical Political Economics*, v. 55, n. 1, p. 44–67, 2023. DOI: 10.1177/04866134221142945.

MODENESI, André M. *Regimes monetários: teoria e a experiência do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

NIU, G., ZHOU, Y. e GAN, H. Financial literacy and retirement preparation in China. *Pacific-Basin Finance Journal*, 59, 101262, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.pacfin.2020.101262>. Acesso em: 15 dez. 2026

OLIVEIRA, A. C. *Economia e percepção social: como o cotidiano influencia a visão econômica do cidadão*. São Paulo: Atlas, 2020.

OREIRO, J. L. Por quem os juros dobram no Brasil?. *Revista De Desenvolvimento E Políticas Públicas*, 8(1), 06–13, 2024. <https://doi.org/10.31061/redepp.v8n1.06-13>. Acesso em: 5 jan. 2026.

OREIRO, José Luís; DE PAULA, Luiz Fernando. *Macroeconomia do desenvolvimento: uma perspectiva keynesiana*. Rio de Janeiro: LTC, 2020.

SAMUELSON, Paul A.; NORDHAUS, William D. Economia. 19. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2012.

SIEGEL, Sidney; CASTELLAN, N. John Jr. Estatística não paramétrica para ciências do comportamento. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

SOARES, D. X, et. al. Coordenação entre as políticas monetária e fiscal no Brasil: uma análise da economia brasileira pós-metas de inflação. Cuadernos De Educación Y Desarrollo, 17(12), e10329, 2025. <https://doi.org/10.55905/cuadv17n12-056>. Acesso em: 5 dez. 2025.